

| 777 | A TERRITORIALIDADE DO CAPITALISMO BRASILEIRO: UM OLHAR A PARTIR DO BNDES

Carla Hirt

Resumo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um banco estatal e tem se consolidado nos últimos anos como um instrumento ativo tanto da política interna quanto da política externa brasileira. A partir desta instituição são liberados recursos para a construção de grandes obras de infraestrutura - que tem significativa importância no ordenamento territorial brasileiro e Sul-Americano - e para promover a transnacionalização de empresas brasileiras e a formação de grandes conglomerados empresariais. Nesta pesquisa pretendemos entender a territorialidade do capitalismo brasileiro através das ações do BNDES, e como estes movimentos permitem que as facções de classe consigam colocar em prática seus projetos.

Palavras-chaves: BNDES, capitalismo brasileiro, facções de classe e territorialidade.

A territorialidade do capitalismo brasileiro: um olhar a partir do BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um banco estatal brasileiro que figura atualmente como uma das maiores agências de fomento do mundo, e tem se consolidado como um instrumento ativo tanto da política interna quanto da política externa brasileira. Trata-se de uma instituição emblemática para entendermos como e quais projetos de governo foram postos em prática desde a criação deste Banco.

Criado em 20 de junho de 1952 pela Lei n.º 1.628, como uma Autarquia Federal, o BNDE (na época, sem o "S") foi transformado em empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio (BNDES, 2004) em 1971. Contudo, os fundos que abastecem o capital de giro do banco não são necessariamente provenientes de investimentos privados. Como exemplo, citamos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). As principais fontes de recursos do FAT são as contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, criado em 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído em 1970. Em junho de 1974 as arrecadações relativas aos referidos Programas passaram a figurar como fonte de recursos para o BNDES. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o art. Nº 239 definiu que os recursos provenientes das contribuições para o PIS e para o PASEP passariam a ser direcionados ao FAT - para o custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e, pelo menos quarenta por cento, para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico ao encargo do BNDES (BNDES, 2010).

Outra importante fonte de recursos do Banco são os aportes do Tesouro Nacional. Para repassar dinheiro ao BNDES, o Tesouro aumenta seu endividamento, pagando juros de maiores (taxa Selic)¹ do que o BNDES cobra nos seus empréstimos (TJLP-Taxa de Juros de Longo Prazo) .

Ao analisarmos a história do Banco, veremos que ela está intimamente ligada com os diferentes projetos de governo que foram postos em prática desde a sua criação. Aqui daremos destaque para os últimos 22 anos, nos quais ocorreram significativas mudanças políticas e econômicas – sem desconsiderar a importância dos processos históricos cumulativos que sedimentam efeitos sobre nossa economia e sociedade.

Buscaremos identificar a escala de atuação do capitalismo brasileiro, que se operacionaliza e se expressa através desta instituição. Para isso, recorreremos a uma breve exposição da carteira de investimentos do recente do Banco em 2011. Selecionamos também alguns projetos financiados pelo BNDES na América do Sul que nos permitiram identificar o perfil dos aportes financeiros do Banco.

Esta pesquisa se encontra em estágio inicial. No seu decorrer serão realizados trabalhos em campo para identificar os ordenamentos territoriais resultantes das obras consideradas mais emblemáticas. Até o momento as atividades em campo ficaram restritas à busca de informações no BNDES, e estas informações ainda estão sendo coletadas e organizadas.

O BNDES, o capitalismo brasileiro e sua dimensão escalar

Para iniciarmos esta seção, é importante destacarmos que o território é aqui entendido como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. O poder, por sua vez, não se restringe ao Estado e não se confunde necessariamente com violência e dominação (SOUZA, 2001). O território é um produto “produzido” pela prática social, é “consumido”, vivido e utilizado como meio, e sustenta a prática social (BECKER,1983).

A territorialidade será encarada como a tentativa “de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação de controle sobre uma área geográfica” (SACK, 1986, p. 32), sendo o território a área em questão.

¹ A emissão de títulos da dívida pública serve para o governo se capitalizar. Ao comprar um título, o comprador "empresta" dinheiro para o governo, mediante reembolso futuro acrescido de juros. A remuneração desse papel é indexada de acordo com determinados índices, como a inflação medida pelo IPCA e à taxa básica de juros (Selic).

Territórios podem ser totalmente reconfigurados, ampliados, englobados e até mesmo extintos. É neste sentido que nos propomos a discutir (sem esgotar a questão) a dimensão territorial das relações entre o Estado brasileiro e o Capital através das ações do BNDES.

Com isso, procuramos

fugir, seja das concepções de estruturas carentes de sujeitos, seja das análises de “atores” ou agentes apartados de estruturas. A abordagem estrutural, histórica e material da realidade exige a análise da ação das facções de classes sociais e seus projetos em disputa, suas possíveis ou reais coalizões e, sobretudo, dos processos, mecanismos e instrumentos (novos ou velhos) que as alianças de classe lançam mão em dada conjuntura histórica particular (BRANDÃO, 2010, p. 44).

O meio que escolhemos para entender este processo foram as ações do BNDES, uma vez que ele é uma importante estrutura que as facções de classe se utilizam para colocar em prática seus projetos. A discussão a respeito dos centros de decisão, e o estudo das facções sociopolíticas se dão a partir da hipótese de que as frações do capital têm papel destacado no pacto de poder oligárquico, financeiro e rentista, e que o patrimonialismo e a apropriação territorial são as principais marcas do Brasil (Idem, 2011, p. 309).

Após um período de consenso da supremacia neoliberal e relativo esvaziamento do Banco, o Governo brasileiro voltou a investir no BNDES, e ele passa a ter um papel estruturante na economia nacional. Em 2008, 2009 e 2010, respectivamente, o Tesouro emprestou R\$ 27,5 bilhões, R\$ 100 bilhões e R\$ 80 bilhões ao BNDES. Até setembro de 2010 o total já havia chegado a R\$ 207,5 bilhões (Jornal Estadão, em 12/09/2010). A partir desta instituição vultosos recursos passaram a ser liberados para a construção de grandes obras de infraestrutura - que tem significativa importância no ordenamento territorial não só brasileiro, mas atualmente, Sul-Americano - e para promover a transnacionalização de empresas brasileiras e a formação de grandes conglomerados empresariais.

Esta ampliação da territorialidade do capitalismo brasileiro apontada pelas ações do BNDES chama a atenção para a importância da escala enquanto categoria analítica e enquanto categoria da praxis política. Ela contribui com o refinamento teórico-metodológico da pesquisa sobre decisões e poder de comando dos sujeitos concretos dos centros de

decisão, e seus mecanismos de legitimação. Veremos que a dinâmica de ação das distintas facções das classes sociais elaboram escalas e territorialidades de forma dinâmica e que são relacionais. A conflituosidade que se expressa a partir do choque entre distintas territorialidades demonstra a importância da análise conjunta da ação dos agentes não hegemônicos, a concretude de sua reprodução social, identitária e material, sua elaboração de temporalidades, práticas espaciais, etc. Assim, é decisivo dimensionar a capacidade de as facções subalternas resistirem, e empreenderem lutas contra-hegemônicas, requalificando recorrentemente sua força, organizativa, insurgente, e emancipatória (Brandão, 2011).

Sabemos que, atualmente, as principais empresas beneficiadas pelo Banco estão ligadas ao setor mineiro-metalúrgico-energético-empreiteiro (reconhecidas como as maiores doadoras de campanha durante processos eleitorais). O Relatório Anual sobre a atuação do BNDES em 2011 revelou que as micro, pequenas e médias empresas responderam por 35,6% do total de recursos desembolsado pelo Banco. No que se refere à participação das micro, pequenas e médias empresas no total de operações, esse segmento respondeu por 94% (842 mil) das operações. Para as grandes empresas, o total desembolsado foi de 89,1 bilhões. Ou seja: 6% das operações concentraram 65% dos recursos. O setor de infraestrutura foi o destino da maior parte dos recursos desembolsados - o que corresponde a 40% do total; seguido pelo setor de micro, pequenas e médias empresas, com 35,6%; pelo setor industrial, com 32%; pelo setor de comércio e serviços, 21% e pela agropecuária; com 7%.

Estes dados nos ajudam a entender a dimensão da política de incentivo às chamadas “campeãs nacionais”. Esta é uma questão bastante controversa. Para Sérgio Lazzarini, em um cenário de que ele identifica como *capitalismo de laços*, algumas empresas específicas (em geral, as que mais teriam realizado doações para campanhas eleitorais²), são beneficiadas, seja com a abertura de linhas de crédito, financiamentos, ou licitações públicas. Além disso, há um aumento no retorno anormal das ações de empresas que apoiam políticos de coalizões vencedoras, e que terão mais poder de influência no orçamento público e nas decisões governamentais (Lazzarini, 2011, p.46). O autor destaca que isso é prejudicial pois caracteriza relações clientelistas (velhas conhecidas do panorama político e econômico brasileiro), além de que as firmas que mais se engajaram em doações foram aquelas com menor lucratividade. A atuação em projetos governamentais de firmas

² Segundo estimativas, as doações reais no Brasil são duas a dez vezes maiores do que os valores oficialmente declarados.

politicamente conectadas leva a uma ineficiência potencial. Para o autor, se esses mesmos investimentos fossem realizados por empresas sem conexões políticas (que se mostraram, segundo os autores, em média mais lucrativas), obteríamos projetos de melhor desempenho e valor. Foi estimada uma perda da ordem de 0,2% do PIB gerada apenas pelo efeito das doações de campanha um valor que, na realidade, pode ser dez vezes maior, considerando que diversas outras firmas fora da amostra também realizam contatos políticos (por exemplo, firmas de capital fechado), e muitas doações não são publicamente declaradas (ou seja, passam pelo “caixa dois”). Canais clientelistas podem minar substancialmente o potencial produtivo de uma economia. (Ibidem 54)

Por outro lado, Maria da Conceição Tavares argumenta que são necessárias políticas horizontais e políticas setoriais para a indústria: “se não escolher setores e empresas, não avança. Não estamos num mundo de concorrência perfeita. Estamos num mundo monopolista. Se não tiver grande empresa aqui, não vamos para lugar nenhum” (2010).

Sobre a questão dos recursos destinados ao setor de infraestrutura, concordamos que é necessário percebemos o capitalismo articulando uma pluralidade de unidades econômicas reciprocamente relacionadas. Concordamos que a base deste inter-relacionamento ao nível do processo de elaboração são as Condições Gerais de Produção (CGP) do sistema capitalista. As infra-estruturas de telecomunicações e transportes, a organização do sistema geral de ensino, a extensão da medicina à generalidade da população, medicina preventiva e a vacinação, esgotos e novas condições urbanas, etc (Bernardo, 1991) são exemplos de CGP. Elas "ultrapassam os limites de cada empresa particular e constituem uma vasta teia, sem a qual essas empresas e o próprio capitalismo não poderiam existir" (Ibidem). Nesta pesquisa o tipo de CGP que desperta mais a nossa atenção são as infraestruturas de produção e de transportes, que contribuem para o histórico movimento de acumulação de capital.

A expansão de determinadas infra-estruturas acabam impulsionando o avanço da fronteira agrícola nacional (e Sul-Americana), com o repasse de recursos do BNDES para obras rodoviárias e ferroviárias que surgem com o intuito de escoamento de produção e de incorporação de novos espaços ao processo capitalista de produção.

Partimos das premissas de que o território é investido pelo Estado e pelo Capital, e de que o Capital se realiza do território. Mas, como ele se territorializa? O Estado abdica de um projeto territorial, ou não? Aqui cabe lembrar que, para Vainer (2007), ações setoriais têm sido mais decisivas na estruturação do território nacional do que políticas explicitamente voltadas para o ordenamento territorial.

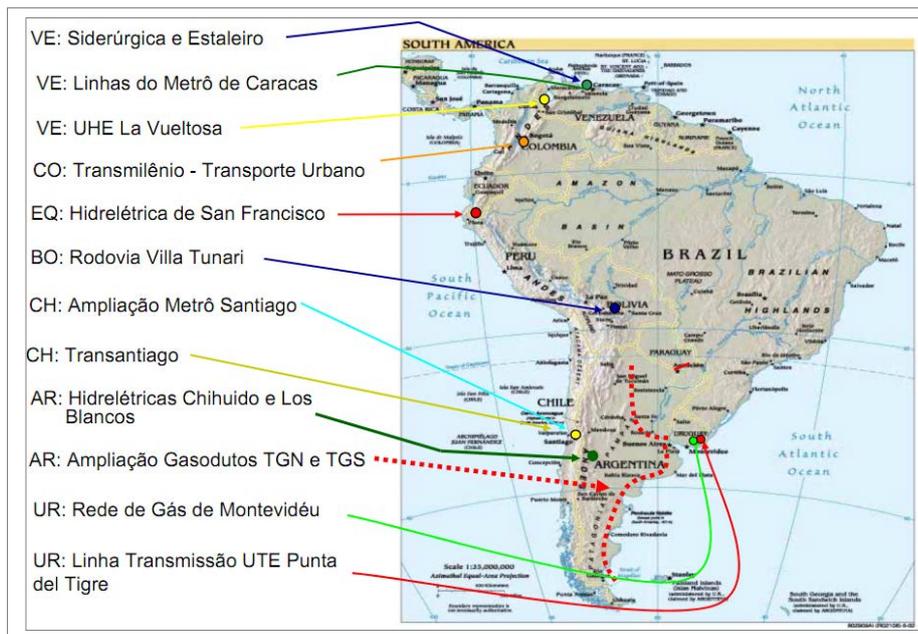
Mesmo que não haja necessariamente tal projeto, concordamos que a apropriação e expropriação dos abundantes recursos territoriais e a acumulação primitiva permanente foram elementos fundantes da nossa história até aqui. O território heterogêneo e de grande porte desempenhou papel estratégico nessas táticas subordinadas e covardes de nossas elites. Transformado em mera base operativa e plataforma de simples circulação de capitais usurários e *locus* da predação e degradação humana e ambiental, o objeto passou a ser visto como objeto inerte. (Brandão, 2010, p. 67)

Para tentar entender qual a natureza do Capitalismo brasileiro e a territorialidade que ele engendra, partimos para a exposição de alguns casos selecionados.

O BNDES no território

Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, entre 2003 e agosto de 2011 o Governo brasileiro havia aprovado garantia de crédito para cerca de 100 financiamentos do BNDES voltados a projetos de infraestrutura em diversos países da América Latina e do Caribe, totalizando cerca de US\$ 14 bilhões. A execução destas obras está amarrada, necessariamente, à exportação de serviços, realizados por grandes empreiteiras brasileiras.

Figura 1 - Projetos financiados pelo BNDES na América do Sul em 2011.



Fonte: Ministério das relações Exteriores

Um exemplo de grande projeto que ocorre com forte participação do Banco são algumas obras de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Figura 2: Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) da IIRSA



Fonte: <http://www.iirsa.org>

É comum nos depararmos com trabalhos que consideram o território como tendo um *status* similar ao de uma firma na teoria neoclássica, como uma unidade que toma decisões autônomas, realizando a mais racional e eficiente combinação de fatores. Esta

abordagem é característica de instituições que tratam países e continentes como sendo um bloco homogêneo em suas intensionalidades, e negando, através de suas práticas, a diversidade de territorialidades (e suas respectivas escalas) que existem em seu interior - a exemplo do que acontece com a IIRSA/Cosiplan/Unasul³.

Ao analisarmos o quadro sobre as intensionalidades dos Eixos de Integração da IIRSA, veremos, que todos estes eixos são motivados por ações de exploração intensivas em território. Estes processos são intolerantes com entes não mercantis. A territorialidade do capitalismo engendra a mercantilização levada às últimas consequências

Tabela 1 – Intencionalidade dos Eixos de Integração da IIRSA

EIXO	INTENSIONALIDADE
1.Eixo Andino (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia)	integração energética , com destaque para a construção de gasodutos.
2.Eixo Andino do Sul (região andina da fronteira Chile-Argentina)	turismo, rede de transportes
3.Eixo de Capricórnio (norte do Chile e da Argentina, Paraguai, sul do Brasil)	integração energética, incorporação de novas terras à agricultura de exportação, biocombustíveis.
4.Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná (sul e sudoeste do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai)	integração dos transportes fluviais, incremento na oferta de energia hidrelétrica.
5.Eixo do Amazonas (Colômbia, Peru, Equador, Brasil)	criação de uma rede eficiente de transportes entre a bacia amazônica e o litoral do Pacífico, com vista à exportação.
6.Eixo do Escudo Guiano	aperfeiçoamento da rede rodoviária.

³ A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) reúne os doze países da América do Sul e foi criado a partir de um Tratado Constitutivo firmado em maio de 2008, em Brasília. Um de seus Órgãos integrantes é o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). A IIRSA atualmente está sob a coordenação do COSIPLAN/UNASUL.

(Venezuela, Guiana, Suriname, extremo-norte do Brasil)	
7.Eixo do Sul (sul do Chile/Talcahuano e Concepción, e da Argentina/ Neuquén e Baia Blanca)	exploração do turismo e dos recursos energéticos (gás e petróleo) .
8.Eixo Interoceânico Central (Sudeste brasileiro, Paraguai, Bolívia, norte do Chile, sul do Peru)	rede de transportes para exportar produtos agrícolas brasileiros e minerais bolivianos pelo Pacífico
9.Eixo Mercosul-Chile (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile)	integração energética , com ênfase nos gasodutos e na construção de hidrelétricas.
10.Eixo Peru-Bolívia-Brasil	redirecionamento do fluxo das exportações agrícolas brasileira para o Pacífico.

Fonte: Adaptado de <http://diplomatieque.uol.com.br/acervo.php?id=2593&tipo=acervo&PHPSESSID=91c33f407a2ca538d75ab35af7309629> Acesso em 10/08/2010.

Segundo os acordos da IIRSA, os governos financiarão 62,3% dos projetos, a iniciativa privada bancará 20,9%, enquanto o restante virá de instituições financeiras, como o BID, a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ou seja, há o risco da dívida externa dos países sul-americanos crescer. Não esqueçamos que a dívida é um instrumento político, não sendo apenas uma questão financeira, pois garante a implementação do interesse das instituições financeiras multilaterais (e das facções de classe que elas representam) ao custo do endividamento público.

Além da dívida externa, outro elemento fundamental no jogo geopolítico é o território: tem vantagem quem conseguir influenciar no ordenamento territorial de forma a conquistar situações positivas para seus interesses, ainda mais em um contexto de crescente fluxo de serviços e mercadorias pelo espaço.

Carlos Walter Porto Gonçalves chama a atenção para um processo que vai além do processo de espoliação. A colonialidade que atravessa o sistema mundo desde seus primórdios até os dias atuais nos ajuda a entender processos de legitimação de políticas e ações que sabidamente aprofundarão as desigualdades e, violentamente, homogeneizarão as formas de se relacionar com o território. Contudo, Isso não ocorre sem resistência dos povos e sem oposição intelectual.

Vários autores como Ricardo Abramovay, JM. Allier (2009), Elmar Altvater, Gustavo Esteva, Alberto Acosta, Wolfgang Sachs, Celso Furtado e Josué de Castro já insistiram que não se trata de “socializar o *american way of life*”. Esses movimentos sociais e seus intelectuais orgânicos (Gramsci, 1968) oferecem ao debate teórico-político o *Suma Kawsay*, o *Buen Vivir*, não como modelo, por suposto, mas como outro horizonte de sentido (Porto-Gonçalves & Quental, 2012, p. 19-20)

Esse patrimônio teórico-político teve que enfrentar um dos mais violentos processos expropriatórios que se tem notícia na história da humanidade. Autoritariamente foram construídas estradas, barragens, hidrelétricas, linhas de transmissão, e foram produzidos sem terras e sem tetos. A IIRSA e as perspectivas que se abrem com a demanda por *commodities* pela Ásia (China em particular) impuseram ao Brasil a integração regional física da América do Sul (Ibidem). Os conflitos, a lógica exploratória intensiva em território e formas patrimonialistas e rentistas de apropriação do território, ganharam novo fôlego com as novas possibilidades da fuga para frente.

Mas, frente a este cenário, qual o interesse dos demais países em fazer parte de um projeto que aparentemente não beneficiará igualmente a todos? Sabemos que crescimento econômico nos moldes do capitalismo não é sinônimo de promoção da igualdade, ou da homogeneização social ou regional. Ele não dá garantias de acesso, por parte da maioria da população, à propriedade, à terra rural ou urbana, à educação e saúde de qualidade, à moradia, à inserção formal no mercado de trabalho, etc.

As alianças regionais de classe (Harvey, 2005, p.151) podem nos ajudar a entender como tais projetos saem do papel e garantem que o capitalismo engendre novas territorialidades com a tutela dos Estados. Estas alianças estão vinculadas vagamente em determinados territórios que, habitualmente, são organizados pelo Estado (mesmo que não exclusivamente). Elas são necessárias para defender valores já materializados e a coerência

regional estruturada já alcançada. Por mais que determinadas infraestruturas acabem por aprofundar certas diferenciações ou promover o alargamento das desigualdades sociais, há uma classe poderosa que se beneficia destes movimentos. Quanto menores forem as barreiras espaciais, maior será a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço, e maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital (Harvey, 1989, p. 267)

Estas alianças podem também promover condições favoráveis à acumulação adicional nesta região – a exemplo de como a bancada ruralista se beneficia com a expansão da fronteira agrícola, ou o setor minero-metalúrgico-energético-empregado se beneficia tanto com a execução das obras, como com o barateamento dos custos do transporte de sua produção. A valorização das terras fomentou e sancionou recorrentemente um gigantesco processo de valorização mercantil-patrimonial, fazendo com que o Brasil se configure como um enorme complexo de promoção mercantil-patrimonial-rentista, “com massas de riqueza em busca de entesouramento e circulação por circuitos de valorização fundados em diversas modalidades de acumulação primitiva, na extensividade e na expansão territorial predatória ao longo de sua enorme plataforma territorial-econômica [...]” (Brandão, 2010, p. 66).

As frações da elite territorial desenvolveram estratégias de recondicionar e reinventar permanentemente novos espaços de acumulação (pois são especializadas na fuga para frente, territorial e rentista), buscando renovadas fronteiras interiorizadas de valorização e impedindo a luta aberta de classes, o que cristaliza uma marcha interrompida travada tanto no ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas modernas quanto do ponto de vista dos direitos sociais (Ibidem, p. 50).

Como estas alianças de classe não são uma exclusividade brasileira é compreensível que nos demais países elas também exerçam forte influência junto aos governos para manter sua estrutura de poder e dominação (mesmo naqueles países que poderiam mais afetados pelo chamado imperialismo brasileiro na América do Sul, e com o aprofundamento das desigualdades regionais).

Um dos eixos da IIRSA apoiados pelo Governo brasileiro através do BNDES é o Eixo de Capricórnio, onde o elemento articulador será o transporte intermodal, com destaque para as ferrovias.

Figura 3 - Corredor ferroviário bioceânico



Fonte: Ministério das Relações Exteriores

De acordo com entrevistas realizadas pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (representante da IIRSA no Brasil), com 17 instituições públicas e privadas⁴, os principais setores beneficiados com as obras neste eixo serão os de Laminados, Celulose e papel e, principalmente, soja.

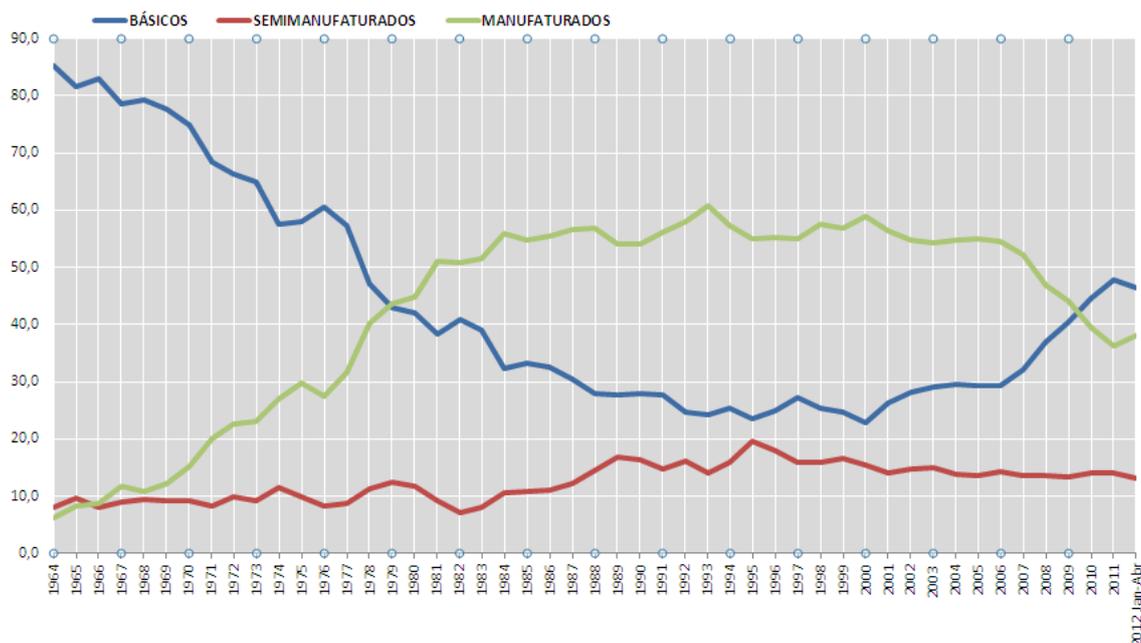
Sabemos que o setor agroexportador tem apresentado um crescimento significativo ainda mais no que diz respeito à produção de *commodities* (com destaque para a soja). Nas últimas décadas tem aumentado a demanda por terras para o agronegócio. Contudo, a efetiva diminuição dos preços dos produtos agrícolas deu-se pela expansão do latifúndio capital *intensive*, e pela anulação da renda diferencial por localização, possibilitada pela expansão das redes de transportes e dos avanços da logística (Porto-Gonçalves, 2006). Assim, a incorporação de grandes extensões de terras, principalmente para a produção de grãos, é fundamental para as grandes empresas do agronegócio. Isso fica claro quando observamos os dados do Censo Agropecuário de 2006: enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais no Brasil, os estabelecimentos de mais de 1.000 hectares concentra

⁴Instituições entrevistadas: Itamaraty, MAPA - Secretaria de Política Agrícola, Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga, BNDES, MAPA - Secretaria de Relações Internacionais, CNT, ABDIB, Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, DER/PR, FERROESTE, Secretaria Especial de Portos, MDIC, Ministério dos Transportes, Receita Federal do Brasil, SINDIPEÇAS e ABDI.

mais de 43% da área total. O Censo do IBGE para 2006 mostrou uma concentração de terras superior aos índices apurados nos anos de 1985 e 1995.

Wilson Canos chama a atenção para o processo de reprimarização da economia brasileira e para a desindustrialização.

Gráfico 1 – Exportação Brasileira por Fator Agregado. 1964 – 2012. Participação %



Fonte: DEPLA/ SECEX/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Os principais fatos que estariam causando a desindustrialização seriam: i) a política cambial prevalecente desde o Plano real, com câmbio muito valorizado e juros reais altos; ii) abertura comercial com queda de tarifas e diminuição dos demais mecanismos protecionistas (que vem ocorrendo desde 1989, com maiores investidas nos governos Collor e FHC); iii) taxas de juros elevadas que inibem os investimentos na indústria⁵ ; iv) diminuição do aporte de recursos (tanto estrangeiros quanto internos) na indústria. Os investimentos cresceram em um sentido global, mas foram alocados principalmente em serviços (especialmente o financeiro, construção, negócios imobiliários) e no agronegócio e mineração; v) desaceleração da economia mundial (Cano, 2012, p, 5).

⁵ Aqui cabe lembrar que está em curso uma política de redução das taxas de juros. Para maiores informações, consultar: <http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>.

O atual modelo de crescimento seria potencialmente destruidor de empregos industriais e geraria mais empregos terciários - de menor renda e qualificação e mais prejudiciais para a urbanização). Basta ver forte regressão dos manufaturados em nossa pauta exportadora, a forte elevação dos déficits comerciais de produtos industriais de média a alta tecnologia e a acentuada queda da participação da indústria de transformação no PIB - a qual, depois de passar de cerca de 19% na década de 1950 para 36% na de 1980, regride violentamente para 19% na de 1990 e para 15,6% os anos 2000 (Idem, 2010, p. 10).

Este processo de (re)especialização da economia brasileira também pode ser observado ao se analisar as cadeias produtivas.

Para o conjunto da indústria brasileira há uma evidente perda de adensamento. Isso significa que, do valor bruto da produção da indústria, uma parcela crescente deveu-se a compras intermediárias, fora da indústria. Isso pode ter se originado de uma reprimarização da estrutura produtiva, ou de uma ampliação do coeficiente importado de insumos e peças. Ambas as mudanças ocorreram (Carneiro, *apud* Brandão, 2010, p.62)

Por outro lado, grandes empresas privadas brasileiras estão espalhando sua atuação por diversos países graças à atuação conjunta com o BNDES, que fomenta grande parte das obras de infraestrutura do projeto supracitado (entre outros). Este pode ser um indício de como este banco público se coloca a serviço de interesses de grupos econômicos privados brasileiros fora das fronteiras nacionais (Carrion & Paim, 2006). Alguns exemplos de projetos da IIRSA executados por empreiteiras brasileiras são as obras da Usina Hidrelétrica Porce III, na Colômbia, realizados pela empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa, no valor de estimado em 2005 em US\$ 450 milhões. A obra foi concluída em dezembro de 2010 a um custo total de US\$ 900 milhões. Segundo dados de 2005, a Camargo Corrêa atuava no exterior com contratos que somam cerca de US\$ 900 milhões (o mesmo valor que custou apenas uma de suas obras, após reajustes nos custos, em 2010). No Peru, em 2004, a empresa firmou contrato para a recuperação do trecho de 60 quilômetros da estrada que liga Chiclayo a Chongoyape, ao norte do país. Outra obra em execução é a construção do trecho da estrada Inambari-Azangaro, com 305 quilômetros de extensão. Ela faz parte da ligação oceânica entre Brasil e Peru. No mesmo ano a empresa assinou, na Bolívia, contrato para construção da rodovia Roboré-El Carmen, com 140 quilômetros, parte

de um corredor interoceânico que permitirá a saída da Bolívia para o Pacífico e ligará as cidades Santa Cruz de la Sierra e Puerto Suarez.

O Corredor Viário Interoceânico Sul – Peru/Brasil, entre Peru, Bolívia e Brasil é dividido em cinco trechos: três são construídos pela Odebrecht com sócios peruanos; um é executado pela peruana Hidalgo e Hidalgo SAC; e o trecho 4 é feito pela Intersur Concesiones SAC (formada pelas brasileiras Camargo Correa, Andrade Gutiérrez e Queiroz Galvão). A obra que custava inicialmente US\$ 527 milhões subiu para US\$ 890 milhões após a Intersur Concesiones SAC (Camargo Correa, Andrade Gutiérrez e Queiroz Galvão) ser aprovada. Durante a construção do trecho 4 da rodovia, que interliga Inambari (Madre de Dios) e Azangaro (Puno), inúmeras são as denúncias de irregularidades no que diz respeito ao cuidado técnico e humano e de proteção ao patrimônio arqueológico (Ugaz, 2009).

Outro fato emblemático aconteceu em 2011, quando populações indígenas paralisaram as obras de uma estrada que atravessaria um território indígena na Bolívia (figura 4). Esta não é uma obra da IIRSA, mas essa estrada forma parte da conexão entre o Eixo Brasil-Chile e o Eixo Brasil-Peru, que fica mais ao norte e une Porto Velho e Rio Branco com os portos peruanos. Neste caso específico, esta não parece ser só mais uma estrada para integração dos corredores bioceânicos. Muito antes disso, ela é uma ligação do próprio país consigo mesmo⁶.

Além disso, outros interesses envolvem a região. O Brasil havia se comprometido em financiar a obra, através do BNDES, com um crédito de US\$ 332 milhões, e a empresa brasileira OAS era a responsável pelo trecho em questão. Caso a obra siga adiante, estrada poderá dar acesso a campos de petróleo e de gás natural, além de facilitar a expansão da agricultura cocalera em áreas até então preservadas⁷.

⁶ Atualmente a província de Beni só tem acesso ao resto do país através de Santa Cruz. Toda sua produção pecuária tem que passar por esta província antes de chegar a outros mercados - o que dá aos cruceños o poder de atravessador e encarece o produto final. É também em Santa Cruz que localiza grande parte da oposição a Evo Morales. A conexão de Beni ao resto do país ajudaria a quebrar esses laços e diminuir a importância de Santa Cruz no cenário nacional. Então, com a estrada passando pelo Parque TIPNIS e Beni não estando mais necessariamente “presa” à Santa Cruz, os interesses desta província estariam prejudicados. O apoio à marcha dos indígenas veio não por acaso das frentes cruceñas, e a oposição a Morales tem se aproveitado muito do conflito para se cacifar. Contudo, é difícil imaginá-la capaz de manter uma aliança mais duradoura com os indígenas, quando este conflito estiver terminado (Cunha Filho, 2011).

⁷ Existem indícios de que isto realmente poderia ocorrer, pois a área sudeste do parque tem sido ocupada por cocaleiros desde a década de 1970, e acabou sendo separada do território indígena oficial em 2009. Isto desenfreou um processo de assimilação de comunidades indígenas que viviam dentro da área ocupada à esta nova atividade econômica. Dos indígenas que lá permaneceram, alguns passaram a trabalhar para os cocaleiros. Visto que a rota planejada para a estrada cortaria essa área e avançaria pelo parque nacional, pode-se prever que os cocaleiros usariam esta estrada. Além disso, muitas vezes a coca é utilizada como primeira atividade mais rentável, sendo

Um relatório das Nações Unidas também revelou que, apesar de a quantidade total de hectares usados para a produção de coca na Bolívia continuar estável, houve um aumento de 9% nesta área, quando comparado ao ano de 2009 (uma espécie de migração desta atividade). Caso se intensifiquem, estas transformações colocarão em choque territorialidades muito distintas, o que poderá trazer efeitos devastadores não só para os grupos sociais afetados, mas para o meio ambiente em questão.

Considerações finais

Neste trabalho tentamos abordar a territorialidade do capitalismo brasileiro através de algumas ações do BNDES, e uma das características atuais do bando é o direcionamento de vultosos recursos para fora do território nacional. Tais obras possuem características bastante diferenciadas no que diz respeito aos benefícios que representam para o capitalismo brasileiro.

Observando o mapa dos investimentos do Banco em 2011 (figura 1), podemos nos perguntar: quais interesses no ordenamento físico poderiam ter por trás de obras de Siderúrgica e Estaleiro na Venezuela, linhas de metrô em Caracas e Santiago, e Transmilênio (transporte urbano) em Bogotá (figura 1)?

Entendemos que a territorialidade do capitalismo brasileiro se dá por diversas formas, e o ordenamento territorial com fins de incorporação de novos territórios (através de corredores de exportação, por exemplo) é apenas uma delas. Estas obras acima citadas contribuem com o fortalecimento das empresas executoras e com a inserção competitiva do capital brasileiro em cenários que extrapolam as fronteiras nacionais. Isto nos ajuda a entender o grande aporte de recursos em empresas que não tem necessariamente ligação com o que poderia ser de interesse geopolítico ligado ao ordenamento territorial - a exemplo da empresa frigorífica Friboi⁸. Estas ações mostram a territorialidade do capitalismo brasileiro no sentido da conquista de mercados pré-existentes. Sem a facilitação através do BNDES para a atuação em empresas empreiteiras ou frigoríficas brasileiras no exterior, os

substituída com o tempo por outros cultivos - a exemplo do que acontece no Brasil, com a derrubada de vegetação nativa para dar lugar á pecuária extensiva, seguida pou cereais - com destaque para a soja.

⁸O frigorífico brasileiro JBS Friboi é a maior empresa de carnes do mundo. Em 2010 esta empresa colocou à venda um pacote de dois milhões de debêntures no valor de R\$ 3,48 bilhões, e a BNDESPar, comprou 99,9% dos papéis. Os demais acionistas - entre eles a família Batista, dona de 59% do grupo JBS, adquiriram 0,05% da emissão. A operação viabilizou o pagamento da última aquisição da companhia nos Estados Unidos: a Pilgrim's Pride Corporation. A entrada Friboi no mercado americano foi mais um passo de uma trajetória internacional que começou em 2005, com a compra da Swift argentina - e que também contou com o apoio do BNDES).

serviços que estas empresas prestam seriam executados por outras empresas. O BNDES foi uma ferramenta fundamental sem a qual o capital brasileiro não conseguiria se expandir.

As estratégias ligadas a um determinado ordenamento territorial, como no caso da construções ligadas aos transportes, cumpririam um papel de promover a incorporação de novos territórios à lógica capitalista. Estas obras são responsáveis por colocar novos espaços no circuito de acumulação, imprimindo novas lógicas, entrando em choque com as territorialidades que atuavam nestes territórios e deflagrando conflitos – a exemplo do que se temia no território indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore – Tipnis, Bolívia.

O atual momento reúne características tanto de políticas desenvolvimentistas, quanto de medidas neoliberais, o que justifica as diferentes leituras sobre o modelo político e econômico adotado nos últimos anos. Carlos Lessa argumenta que o “atual governo parece procurar uma síntese entre o projeto neoliberal – circunscrito ao domínio da moeda, dos juros e do sistema financeiro – e um neoprojeto nacional desenvolvimentista em matéria de infraestrutura” (Lessa, 2009, 98). Acrescentamos que ao mesmo tempo, existem os argumentos da desindustrialização⁹ - que estaria na contra mão do desenvolvimentismo, assim como a crescente presença do Estado na economia estaria na contra mão de um projeto neoliberal ideal. A territorialidade do Capitalismo brasileiro nos ajuda a entender como que tais contradições permitem que as facções de classe consigam colocar em prática seus projetos.

Referências

BRANDÃO, C. Acumulação Primitiva Permanente e Desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo. In: Capitalismo globalizado e recursos territoriais - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010.

BRANDÃO, C. Territórios com classes sociais, conflitos decisão e poder. In ORTEGA, A. C. e ALMEIDA FILHO, N (orgs). Desenvolvimento Territorial – Segurança Alimentar e Economia Solidária. Ed. Alínea, 2007.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 200, janeiro 2012.

⁹Até este momento da pesquisa recorreremos somente aos dados nominais sobre a desindustrialização, o que pode ser influenciado por valores flutuantes da economia, como valorização no câmbio. Os próximos passos incluem a busca de informações sobre as séries físicas neste setor, como expansão de bases produtivas e emprego.

CUNHA FILHO, Clayton M. . Evo Morales, o conflito do TIPNIS e as dificuldades de articular uma nação. Boletim OPSA, v. 7, p. 4-8, 2011

HARVEY, David. (1989). A condição pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1992.

LAZZARINI, S. G. Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões. SP: Campus, 2011.

LESSA, C. Infraestrutura e logística no Brasil. In: CARDOSO JUNIOR, J. C. Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do conselho de orientação do Ipea. Brasília: Ipea, 2009.

OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003

MIRANDA, J. C. & TAVARES, M. C. Brasil: estratégias da conglomeração. In: FIORI, J.L. (Org.) - Estado e Moeda no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONCALVES, C. W. ; QUENTAL, Pedro de Araujo . Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. Polis. Revista Académica de la Universidad Bolivariana de Chile, v. 31, p. 16, 2012.

SACK, R. D. Human Territoriality. Cambridge: University Press, 1986.

SOUZA, M. L. "Território" da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A . e SPOSITO, E. S. (org). Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: ENESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009, 368 p.

Sítios eletrônicos

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Os projetos de infraestrutura apoiados pelo Brasil na América do Sul. 2011. In: http://www.fiesp.com.br/irs/coscex/pdf/transparencias_reuniao_coscex_09_08_11_-_ministro_joao_mendes.pdf .

CARRION, M. C. & PAIM, E. S. IIRSA: Desvendando interesses. Porto Alegre: Amigos da Terra, fevereiro de 2006. In: www.natbrasil.org. Acesso em 09/09/2010.

IIRSA. Agenda de Implementação Consensual 2004 - 2010. Disponível em: http://www.iirsa.org/BancoConocimiento/A/agenda_de_implementacion_consensuada_

2005-2010/agenda_de_implementacion_consensuada_2005-2010.asp?CodIdioma=ESP> .

Acesso em: 24 nov. 2009a.

REDEBRASIL. O BNDES visto pela sociedade civil. In: www.rbrasil.org.br, 2006.

Acesso em 09/07/2011.

UGAZ, P. Consórcio com Camargo Correa é questionado no Peru. Revista eletrônica Terra Magazine de 06/04/2009. In: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3687921EI6578,00Consortio+com+Camargo+Correa+e+questionado+no+Peru.html>. Acesso em 08/09/2010.

VAINER, Carlos B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Carlos: ANPUR, v.9, n.1, p.9-23, maio 2007.

VITTE, C. C. S. . Planejamento territorial e os impactos socio-econômicos da IIRSA (Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana) no território brasileiro: atores, conflitos e interesses. In: http://egal2009.easyplanners.info/area01/1022_Claudete_Vitte.pdf. p. 1-17.

Periódicos:

Jornal Estadão (27/09/2009; 25/06/2010). In:

<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+geral,bndes-negocia-aporte-com-o-tesouro-para-2011,34922,0.htm>, 2010. Acesso em 26/09/2010.